

A CORTE PORTUGUESA EMBARCA PARA O BRASIL EM 1807 – VERSÕES DE PENSAMENTO EM CONFRONTO

Ernesto Castro Leal

Professor da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa
Investigador do Centro de História da
Universidade de Lisboa
castroleal@fl.ul.pt

“Esta nação [Portugal], mal lhe roubaram a escota e a espada, que descobriu e avassalou meio mundo, ficou-se para aí abismada na contemplação da sua última aventura heróica. O pensamento da sua independência ainda a levanta para resgatar a liberdade, e, apenas quando a afrontam no seu brio, estremece e ergue-se toda ela [...], com as invasões napoleónicas e com o *ultimatum* [...]. Só a mudança de regime [República] de novo a abala profundamente, de tal modo reacendeu aos seus olhos a estrela da esperança [...]. Um homem, que procura a beleza e a verdade, não deve manchar essa missão com a cegueira das paixões políticas. Os que nasceram para cantar e exaltar os corações alheios devem ter a voz clara e isenta e não hipotecar a sua liberdade por um fio que seja”.

Jaime CORTESÃO. *Memórias da Grande Guerra*¹.

¹ Jaime CORTESÃO [1919]. *Memória da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora, 1969, pp. 21 e 260.

Considerações iniciais

A vida europeia foi marcada por acontecimentos relevantes decorrentes do Bloqueio Continental à Grã-Bretanha, decretado pelo Imperador Napoleão, em Berlim, no dia 21 de Novembro de 1806, após a derrota militar da Prússia. Na estratégia napoleónica de domínio europeu, colocou-se, a partir de então, a rendição da potência que assegurava o domínio atlântico, para o que era necessária a neutralização dos países com costa europeia atlântica.

Era o caso de Portugal, que devia, nessa lógica geopolítica aceitar as condições do Bloqueio, salvaguardando a sua paz, ou então sujeitar-se a um confronto militar. Pelo acordo secreto de 22 de Outubro de 1807, o Governo português negociou com o Governo inglês um plano de colaboração antinapoleónico, onde constava a partida de Portugal da Família Real e da Corte para o Brasil, depois de ser ponderada a hipótese da ilha da Madeira.

Neste texto pretende-se apresentar várias posições políticas contraditórias sobre a partida da Corte, que notabilidades portuguesas relevantes, de diversas posições ideológicas e com audiência pública na época, exprimiram, as quais viriam a condicionar a recepção historiográfica posterior. Entre essas notabilidades, estavam Francisco Soares Franco, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Joaquim José de Azevedo (Visconde do Rio Seco) e José Liberato Freire de Carvalho².

² Para uma visão ideológico-política geral, cf. José Esteves PEREIRA. “Pensamento político em Portugal no século XIX”. In: *Atas do VII Colóquio Antero de Quental*. (Organização de José Maurício de Carvalho). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei-Minas Gerais e Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro-Lisboa, 2007, pp. 54-84.

1. Análise historiográfica, sob uma perspectiva geopolítica

O historiador Jorge Borges de Macedo apresentou, dentro de uma visão inovadora da história diplomática portuguesa, a seguinte análise em relação à partida para o Brasil da Família Real, da Corte e dos mais importantes navios da esquadra portuguesa, inserindo-a nos actos de resistência nacional contra a invasão napoleónica, onde desempenhou um importante papel político o diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812).

Desse modo, se percebe, com distanciamento crítico, a justificação da “retirada estratégica”, que teve os seus custos morais, político-militares ou económico-sociais, mas cujos benefícios eram avaliados como superiores face à opção pela permanência em Lisboa:

Quando se confirmou a entrada dos invasores, a corte preparou-se, em angústia, para executar os acordos celebrados com o Governo inglês [convenção secreta de 22 de Outubro de 1807], no sentido de levar a efeito a retirada para o Brasil. Foi o que se verificou em 27 de Novembro de 1807 [início do embarque]; a partida [29 de Novembro de 1807] de Lisboa deu-se, sem que ficasse, em Portugal, um único membro da casa real que a pudesse substituir ou representar. Ficava, tão-só, uma junta governativa [presidida pelo marquês de Abrantes]. Por razões diversas [...], a saída da corte para o Brasil tem sido interpretada como um acto de fuga da família real às suas responsabilidades públicas. Em termos de política externa e interna, não é a interpretação correcta. Ou seja, em termos de guerra e de eficácia de luta contra o invasor. A finalidade essencial dos franceses era “capturar” os reis, e obrigá-los a ceder os seus direitos dinásticos à França ou a entidades suas protegidas, tornando-as instrumentos das suas exigências. Só quando assim fosse é que consideravam que os reis podiam continuar a “dispor” dos povos e a representá-los.

A retirada da Família real para o Brasil foi assim a primeira e decisiva derrota da França napoleónica. É histórico o furor de Junot quando soube que, a esse respeito, nada podia fazer: o Bloqueio Continental, mesmo quando fechasse os

portos, começava a revelar-se politicamente ineficaz, em face desta primeira dificuldade encontrada pelo Exército da Gironda. Afinal, a França que dominava a casa real espanhola, nada podia fazer em relação à casa real portuguesa, protegida pelo mar e pela impotência napoleónica perante ele. O tratado de Fontainebleau [29 de Outubro de 1807] não passou, pois, de um acto de intenções, e a presença dos franceses um mero acto de força militar, uma vez que a lhe tinha escapado a principal peça indispensável à pressão política que pensava exercer: a casa de Bragança não renunciara ao trono de Portugal [...]³.

Portugal, pela sua posição geográfica europeia e pelo amplo domínio colonial (destaque então para o Brasil), viu-se envolvido directamente no confronto da balança de poderes entre a hegemonia continental da França de Napoleão, solidificada em Austerlitz e Iena, e a hegemonia marítima da Inglaterra de Jorge III, consagrada em Trafalgar. Dentro da rede da economia-mundo euro-atlântica, o centro de gravidade deslocou-se de Amsterdão para Londres, entre 1780 e 1815, representando “o fim de uma era multissecular, a das economias dirigidas por cidades”, passando a ser a Inglaterra a deter a preponderância económica da Europa e do mundo, decorrente do processo de Revolução Industrial⁴.

O paradoxismo napoleónico de conquistar o mar pelo poder da terra não impediu que construísse um Império europeu que, apesar de ter ocupado cerca de metade da Europa continental no seu apogeu de 1811, com 130 departamentos, veio a revelar-se “mais fruto do acaso do que da lógica”, sem conseguir dispor de meios navais para “rivalizar com a Inglaterra nos mares”⁵. Cumprido em parte, o Bloqueio Continental acabou por não resultar na sua ideia de base: isolar a Inglaterra do mercado europeu de importações e de exportações.

³ Jorge Borges de MACEDO. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987, pp. 352-353.

⁴ Fernand BRAUDEL. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985, pp. 90, 105-107.

⁵ Jean CARPENTIER e François LEBRUN. *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 285.

Conservando e ampliando o domínio naval dos mares, os ingleses ajustaram também os mecanismos financeiros e comerciais, compensando com novas áreas as que tinham sido fechadas, sendo de salientar a América Latina, para o que muito contribuiu a sua estratégia junto do Príncipe Regente de Portugal, quer da transferência da Família Real e da Corte para o Rio de Janeiro, quer da promulgação da carta régia de 28 de Janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil ao “comércio das nações amigas”, quer do tratado de comércio e navegação de Portugal com a Inglaterra, assinado em 19 de Fevereiro de 1810.

A Inglaterra alargava a sua posição geopolítica e geo-económica, mundializando-se. Surgia também, em confronto com a versão militar do liberalismo imperial francês, o exemplo político e civil de liberalismo representativo inglês para as elites culturais, políticas e militares que forjariam as novas revoluções liberais europeias. Os exilados portugueses em Londres, criadores de uma importante imprensa de opinião liberal, serão prova disso.

Dentro do jogo geopolítico de repulsa e de atracção, o sonho e a concretização parcial do Grande Império napoleónico originou um conjunto de revoltas, resistências e guerras nacionais contra o invasor⁶ – para os polacos, por exemplo, seriam uns libertadores – fundadoras de vários nacionalismos e Estados-nação. Na parte ocidental europeia, permitiria o reforço de uma consciência e de um destino comum, após o Congresso de Viena de 1815 ter redefinido as fronteiras europeias, com base no princípio da legitimidade, de Charles Maurice de Talleyrand, então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, através do qual se estabeleceu a necessidade de restabelecer as fronteiras que existiam antes das campanhas militares subsequentes à Revolução Francesa de 1789.

2. Posições públicas sobre a partida da Corte

Dentro do debate político da época, encontramos várias expressões de pensamento

⁶ Para Portugal, cf. Vasco Pulido VALENTE. *Ir pró maneta. A Revolta contra os Franceses (1808)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.

sobre a estratégia adoptada pela Corte portuguesa de embarcar para o Brasil e aí estabelecer a capital do Império Português ameaçado pelas tropas napoleónicas. Apesar do sobressalto da partida, com os invasores já em território nacional, essa estratégia começou a ser preparada, de forma mais intensa, desde o acordo secreto de 22 de Outubro de 1807, entre Portugal e a Inglaterra.

O confronto ideológico entre Absolutismo e Liberalismo, apesar de estar presente, não organiza em blocos opostos, como se verá, todas as atitudes políticas das notabilidades que foram escolhidas nesta sondagem de opinião, justificadas por terem sido intervenientes na conjuntura histórica entre 1807 (início das invasões napoleónicas) e 1834 (triunfo definitivo do liberalismo português).

2.1. Francisco Soares Franco

Francisco Soares Franco (1772 ou 1771?-1844) era lente em Medicina (Anatomia) na Universidade de Coimbra em 1806 e redactor da Gazeta de Lisboa em 1808-1812, o que lhe valeu críticas dos redactores liberais do Investigador Português em Inglaterra, entre eles, de José Liberato Freire de Carvalho, acusando-o de colaboracionista dos franceses, cargo que acumulou com o de médico da Real Câmara (1809-1813). Figura importante do primeiro Liberalismo português, será eleito deputado às Cortes Constituintes (1820), às Cortes vintistas (1822), às Cortes do 1º Cartismo (1826), às Cortes do 2º Cartismo (1834) e às Cortes setembristas (1836)⁷.

Através das Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal⁸, datadas de

⁷ Marília FARINHA. “Franco, Francisco Soares (1772-1884)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. (Direcção de Zília Osório de Castro). Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2002, vol. I, pp. 656-663. Na segunda linha do texto, afirma-se que nasceu em 1771, contrariando a indicação inicial.

⁸ Francisco Soares FRANCO. *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.

Londres em 16 de Outubro de 1807, o liberal doutrinário Francisco Soares Franco pronunciou-se a favor da partida da Corte para o Brasil, dada a ameaça da revolução na Europa, porque desde a Revolução Francesa “nenhuma Potência continental quis prever as consequências”. De seguida, considerava que Napoleão Bonaparte (“Tirano da Europa”) não tinha feito a revolução, pois fora a revolução que o criara, transformando-o num “monstro”, que não existia se não para a guerra⁹. Na Europa desse tempo, só via três Reis e Reinos que lhe podiam resistir: a Inglaterra (“âncora da esperança da Europa”), a Suécia (com o rei Gustavo) e Portugal com o Brasil.

Apesar de Portugal ser um Estado fraco e à disposição da vizinha Espanha dominada – mas a preparar uma guerra da independência –, a “nobre emigração de um Rei de Portugal, seguido dos seus Vassallos fiéis”, isto é, a partida da Corte para o Brasil, seria um importante factor político e psicológico da resistência nacional: “Executando-a o Príncipe do Brasil, oferece a Portugal a única esperança da sua salvação; é do Brasil que a sua influência o defenderá, se ele pode ser defendido”. Só concebia a permanência do Príncipe Regente no território continental, se tivesse ocultado a Napoleão esse segredo.

A imagem que transmitia de Napoleão era muito negativa: tirano, monstro, chefe de um poder absoluto, inimigo da Europa para a destruir e devorar. Em 1809, Francisco Soares Franco publicou um longo texto¹⁰ sobre os profundos “males, que nos tinha causado o Governo Francês”, se aqui permanecessem, e exaltava a “Restauração do nosso Governo” através de um “ardente entusiasmo, quase espontaneamente, como nascem todas as paixões nobres, quase sem educação alguma, nos corações bem formados”¹¹.

⁹ FRANCO. *Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal*, pp. 3-5 e 9.

¹⁰ FRANCO. *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1809.

¹¹ FRANCO. *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a domina*, p.4.

2.2. José Agostinho de Macedo

José Agostinho de Macedo (1761-1831) foi frade da Ordem dos Ermitas de Santo Agostinho desde 1778, vindo a ser expulso em 1792, após uma carreira recheada de escândalos, com várias prisões por apostasia, roubo e fuga. Expressou o seu antiliberalismo e antimaçonismo radical em famosos panfletos e em vários jornais contra-revolucionários que dirigiu, como a *Gazeta Universal*, *O Escudo*, *A Tripa virada* ou *A Besta esfolada*. Ocupou o cargo de Censor Ordinário (1824-1829), defendeu a causa de D. Miguel e do seu regime político absolutista e em 1830 será nomeado cronista substituto do Reino¹².

No Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas¹³, datado de Lisboa em 29 de Maio de 1808, o tradicionalista absolutista conservador José Agostinho de Macedo criticou veementemente a partida da Corte para o Brasil, devendo o Príncipe Regente ter resistido internamente ao “refalsado furor”, orgulho e ambição de Napoleão, incapaz de ver a desproporção de meios que mobilizou – um “exército de mendigos salteadores” – para “o irrealizado fim do abatimento de Inglaterra pela sua exclusão do continente”.

A transferência da Corte romperia o equilíbrio geopolítico europeu e impediria a prosperidade portuguesa, como se verificou, segundo o autor, com a queda e a ruína do Reino após a primeira invasão napoleónica, ameaçando até a existência da monarquia se Portugal se desmembrasse do Brasil. Ora, a partida da Corte, que classificara de forçada emigração do Príncipe Regente, de emigração precipitada e de “violenta emigração do Príncipe de Portugal”, teve como consequência, na leitura de José Agostinho de Macedo, a

¹² Sara Marques PEREIRA. “Macedo, José Agostinho (1761-1831)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, pp. 7-14.

¹³ José Agostinho de MACEDO. “Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas”. In: *Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opúsculos documentando as memórias para a sua vida íntima e sucessos da história literária e política do seu tempo. Com uma prefação crítica de Teófilo Braga*. Lisboa: Por ordem e na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1900, pp. 297-314.

perda da independência do Portugal europeu, a profunda crise nacional e o aumento do poderio da Grã-Bretanha. É certo que também daria a unidade necessária ao Brasil para a sua independência política, construindo os alicerces de uma nação e do Estado imperial brasileiro.

Ao contrário do que previa José Agostinho de Macedo, nas suas proposições, Portugal, terminadas as invasões napoleónicas, continuou a ser um Reino independente, uma Monarquia, e não ficou “o mais desgraçado de todos os povos, e inútil a todas as potências”.

2.3. José Acúrsio das Neves

José Acúrsio das Neves (1776-1834), magistrado desde 1795, estava no arquipélago dos Açores em 1807 e regressou a Lisboa no dia 10 de Outubro desse ano. Com a entrada de Junot em Lisboa, retirou-se para Sarzedo (concelho de Arganil, distrito de Coimbra), onde tinha propriedades, e aí escreveu um conjunto de 12 panfletos antinapoleónicos, de notável argumentação crítica. Em Lisboa, a partir de 1810, será membro da Real Junta do Comércio e director da Real Fábrica de Sedas e das Obras das Águas Livres. Foi demitido de alguns dos seus cargos, após a revolução liberal de 1820. Eleito deputado (1º substituto) às Cortes vintistas (1822) defenderá D. Miguel e o seu regime político absolutista, vindo a ser nomeado procurador letrado à Assembleia dos Três Estados do Reino em 1828¹⁴.

Principalmente no Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos¹⁵, de 1808, e, depois, na sua grande síntese sobre a História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste

¹⁴ Sara Marques PEREIRA. “Neves, José Acúrsio das (1776-1834)”. In: *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, pp. 308-313.

¹⁵ José Acúrsio das NEVES. *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*. Lisboa: Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.

Reino¹⁶, José Acúrsio das Neves, adepto de um tradicionalismo absolutista modernizador, defendeu as vantagens da retirada da Corte, a fim de salvaguardar o Brasil e outras colónias portuguesas: “sábria medida” em vez do “louco projecto de submeter-se aos franceses”¹⁷, como era o plano de Napoleão Bonaparte.

Apesar do Príncipe Regente não ter sido exactamente informado do movimento das tropas napoleónicas, no tempo em que o devia ser, pois já estavam em território português e ainda se supunha estarem na cidade espanhola de Salamanca, todas “as providências foram dadas para um pronto embarque”. O autor reconheceu o acerto na indicação dos nomes para a Junta Governativa, num momento de tanta angústia pela “orfandade em que ia ficar” Portugal, mas o Príncipe Regente, #em plena liberdade», podia lançar os fundamentos de um novo império [Brasil]”¹⁸.

O depoimento de José Acúrsio das Neves sobre o dia da partida da Corte tem, de facto, um recorte dramático:

Portugal é invadido, e o nosso Augusto Soberano se vê reduzido à dura necessidade de abandonar repentinamente a sua Capital, a sua Pátria, o seu Reino, para se refugiar naquela parte dos seus Estados, que pela sua situação lhe prometia mais segurança. Eu vi este amável Príncipe, e toda a Família Real embarcarem fugitivos no coração do inverno [...]. Eu vi coberta as praias de imenso Povo [...]; eu vi enfim o dia mais horroroso, que tem luzido aos meus olhos: o ar tranquilo se tornou tempestuoso; parece que a própria natureza se cobriu de luto [...]¹⁹.

¹⁶ José Acúrsio das NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino* [1810]. Introdução crítica de António Almodovar e Armando Castro. Porto: Edições Afrontamento, [s.d.], tomos I e II, pp. 212-318.

¹⁷ NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, pp. 312-313.

¹⁸ NEVES. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, pp. 217-218, 220 e 316.

¹⁹ NEVES. *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*, pp. 20-21.

2.4. Joaquim José de Azevedo

Joaquim José de Azevedo (1761-1835), 1º visconde do Rio Seco (1818), ocupou cargos relevantes na Corte portuguesa – tesoureiro da Casa Real (demitiu-se a 15 de Setembro de 1821), almoxarife dos Paços Reais, escrivão dos Filhamentos, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1808), conselheiro do Príncipe Regente D. João (1810) e depois D. João VI (1818). Dado ser o oficial de diligências, foi incumbido pelo Príncipe Regente de organizar a partida da Família Real (meia noite do dia 25 de Novembro de 1807), seguiu para o Brasil e não quis acompanhar D. João VI no seu regresso a Portugal (partida a 26 de Abril de 1821 e chegada a 4 de Julho de 1821), ficando ao serviço de D. Pedro I, imperador do Brasil.

Na sua Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública²⁰, de 1821, Joaquim José de Azevedo, que se situava em 1807-1820, numa posição ideológica de transição para o liberalismo, defendeu a partida da Corte para o Brasil. Diagnosticava aí uma lamentável situação do Reino nos finais de 1807, visto a neutralidade ter provocado uma situação de cofres nacionais exauridos e um “ministério tímido e vacilante” não ter incentivado os recursos morais contra o “espírito caído” e não ter ouvido a opinião pública estabelecida. Em face da quase “escravidão” da Europa perante Napoleão e da presença de Junot em Abrantes – “Estava-se na crise do perigo” –, considerava não haver tempo para organizar uma resposta militar, depois do esforço nas negociações de neutralidade.

Restavam duas opções: ou se abandonava o Príncipe Regente e a Família Real à “discrição do inimigo, para subir um jugo, que não aliviaria a Nação”, ou se aproveitava a presença de uma esquadra inglesa para sair, cujo risco era deixar o povo português em

²⁰ *Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco, desde o dia 25 de Novembro de 1807, em que sua majestade fidelíssima o incumbiu dos arranjos necessários da sua retirada para o Rio de Janeiro, até o dia 15 de Setembro de 1821, em cujo ano demitira todos os lugares e empregos de responsabilidade de Fazenda, com permissão de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, concedida por decreto de 27 de Agosto do presente ano, publicada por ele mesmo.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

“orfandade”, temendo por uma série de males. Devia optar-se pela partida para o Rio de Janeiro, transportando “os preciosos restos da Glória Portuguesa”, o que veio a acontecer, descrevendo, desta forma, o estado de espírito do povo de Lisboa durante os dias do embarque:

Vagando tumultuariamente pelas praças, e ruas, sem acreditar o mesmo, que via, desafogava em lágrimas, e imprecações, a opressão dolorosa, que lhe abafava na arca do peito o coração inchado de suspiros: tudo para ele era horror; tudo mágoa; tudo saudade; e aquele nobre carácter de sofrimento, em que tanto tem realçado acima dos outros Povos, quase degenerara em desesperação! Era neste estado de frenesim popular, que ele no seu regresso para o cais de Belém foi envolvido em uma nuvem de verdadeiros filhos, que desacordadamente lhe pediam contas do seu Chefe, do seu Príncipe, do seu Pai, como se ele fora o autor de um expediente, que tanto os flagelava! A nada se poupou para serenar a multidão; desculpas officiosas, protestações sinceras de que ele nada influíra para tais sucessos, preces, rogos; tudo era perdido para um Povo, que no seu excesso de dor o caracterizava de instrumento do seu martírio, sem se abster de o sentenciar de traidor!²¹.

2.5. José Liberato Freire de Carvalho

José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) era em 1795 cónego regente de Santo Agostinho e foi maçom desde 1802, vindo a ser Grão-Mestre do Grande Oriente da Maçonaria do Sul (1834-35 ou só 1835). Após ter sido preso sem acusação nem sentença, conseguiu fugir e exilou-se em Londres (1813), onde será redactor de *O Investigador Português em Inglaterra* (desde 1814) e director do *Campeão Português* (1819-21), e aí abandonou a carreira eclesiástica. Regressou a Lisboa em 1820, teve novo exílio inglês durante o reinado absolutista de D. Miguel e regressou definitivamente com o exército de D. Pedro em 1832, participando na Guerra Civil. Esteve presente no Parlamento, como

²¹ *Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco [...]*, pp. 1- 4.

deputado às Cortes vintistas, às Cortes do 2º cartismo e às Cortes setembristas²².

Dentro de um registo ideológico filiado no liberalismo, encontramos a justificação da sua opinião contrária à partida da Corte no Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal²³, publicado em 1830, só admitindo excepcionalmente, com toda a segurança, a retirada para a Madeira ou para os Açores. Começava por condenar a compra da nossa neutralidade por 15 milhões de francos, no conflito franco-britânico, estabelecida na Convenção de Lisboa de 19 de Março de 1804, entre Portugal e França, que também concedia facilidades na importação a vários produtos manufacturados franceses.

Para José Liberato Freire de Carvalho, o Governo português, presidido “por um príncipe sem carácter, fraco e medroso”, era “imbecil ou corrupto”, pois, “empregando a miserável política da dissimulação e dos enganos”, fazia “a corte ora à Inglaterra ora à França, loucamente pensou que poderia conservar por longo tempo a sua fingida neutralidade”.

Junot entrou em Lisboa, sem ter encontrado resistência, dado que, na opinião de Freire de Carvalho, para a França, o nosso “desgraçado” Governo não se tinha preparado nem com as forças nacionais, nem com o auxílio de estrangeiros, assim sacrificando a honra, a independência e a pátria. A retirada para o Brasil provocaria inevitavelmente uma grande dependência da Inglaterra, que se confirmaria na carta régia de 1808 e no tratado de 1810, “desastrosos tratados de comércio” decorrentes da “aliança que o gabinete do Rio de Janeiro fez com a Inglaterra”.

²² Isabel CLUNY. “Carvalho, José Liberato Freire de (1772-1855)”. In *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, pp. 418-424.

²³ José Liberato Freire de CARVALHO. *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal, onde se mostra ser aquele Reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra são as causas da sua actual decadência*. Paris: Casa de Hector Bossange, 1830.

Considerou que, se houvesse um governo constitucional, produto de uma verdadeira representação nacional, a resposta não seria a mesma, evitando-se “esta retirada, ou antes esta fugida tumultuosa e confusa”, que, apesar de ter transtornado uma parte dos planos de Napoleão, também afectou “todo o sistema político de Portugal”: foi a Inglaterra que inspirou “a ideia da emigração da corte e do governo para o Brasil [...] para se aproveitar directamente do comércio e riquezas daquele vasto país”²⁴.

Nas suas Memórias da Vida, publicadas em 1855, descreveu, assim, de uma forma bastante crítica, a partida da Corte para o Brasil:

D. João, Príncipe Regente, toda a sua corte, e muita mais gente, que quis seguir-lhe a sorte, corriam espavoridos a meter-se nos navios como homens que, vendo a casa incendiada, saltam pelas janelas. Um feliz golpe de vento salvou todo este rebanho desordenado e tímido, e fez com que não caísse no poder dos franceses. O Regente, fugindo, só teve boca para nomear uma Regência, e pedir aos portugueses, que cobardemente desamparava, recebessem como amigos os seus conquistadores; recomendação, que ao depois serviu de título para perseguir os que a tinham cumprido!²⁵.

Considerações finais

Através desta selecção de autores e textos significativos da época da partida da Família Real e da Corte portuguesa para o Brasil, pretendeu-se evidenciar algumas vias de expressão do pensamento e da controvérsia política face à resposta a dar perante a invasão napoleónica de Portugal em 1807. Outras se lhes podiam juntar, mas para surpreender esse ambiente de confronto político e ideológico, parecem suficientes as ideias de Francisco Soares Franco, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Joaquim José de

²⁴ CARVALHO. *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal [...]*, pp. 155-156, 159 e 162.

²⁵ *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho* [1855]. Introdução de João Carlos Alvim. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 36.

Azevedo e José Liberato Freire de Carvalho, situadas ideologicamente, como se viu, ou na transição do Absolutismo para o Liberalismo ou no Tradicionalismo absolutista ou no Liberalismo.

Dentro do jogo da decisão geopolítica e da sua representação, encontramos algumas polarizações relevantes – neutralidade vs posição clara; fuga atabalhoada vs retirada estratégica; junta governativa vs príncipe de sangue com regência. O certo é que, da resistência às invasões napoleónicas, saiu uma maior coesão nacional e uma maior consciência liberal, que viria a permitir a construção em Portugal de um Estado-nação liberal e no Brasil a construção da sua unidade territorial e do seu Império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPENTER, Jean e LEBRUN, François. História da Europa. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CARVALHO, José Liberato Freire de. Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal, onde se mostra ser aquele Reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa, e que o absolutismo, a superstição, e a influência da Inglaterra são as causas da sua actual decadência. Paris: Casa de Hector Bossange, 1830.

Exposição Analítica e Justificativa da Conduta e Vida Pública do Visconde do Rio Seco, desde o dia 25 de Novembro de 1807, em que sua majestade fidelíssima o incumbiu dos arranjos necessários da sua retirada para o Rio de Janeiro, até o dia 15 de Setembro de 1821, em cujo ano demitira todos os lugares e empregos de responsabilidade de Fazenda, com permissão de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, concedida por decreto de 27 de Agosto do presente ano, publicada por ele mesmo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

FRANCO, Francisco Soares. Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar. Lisboa: Oficina de António

Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1809.

FRANCO, Francisco Soares. Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. 3ª ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.

MACEDO, Jorge Borges de. História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987.

MACEDO, José Agostinho de. “Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de sua alteza real e invasão que neste reino fizeram as tropas francesas”. In: Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opúsculos documentando as memórias para a sua vida íntima e sucessos da história literária e política do seu tempo. Com uma prefação crítica de Teófilo Braga. Lisboa: Por ordem e na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1900, pp. 297-314.

Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho [1855]. Introdução de João Carlos Alvim. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

NEVES, José Acúrsio das. História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino [1810]. Introdução crítica de António Almodovar e Armando Castro. Porto: Edições Afrontamento, [s.d.], tomos I e II.

NEVES, José Acúrsio das. Manifesto da Razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos. Lisboa: Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.

PEREIRA, José Esteves. “Pensamento político em Portugal no século XIX”. In: Atas do VII Colóquio Antero de Quental. (Organização de José Maurício de Carvalho). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei-Minas Gerais e Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro-Lisboa, 2007, pp. 54-84.

VALENTE, Vasco Pulido. Ir pró maneta. A Revolta contra os Franceses (1808). Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.